

A atividade cultural em uma cidade do porte de São Paulo, onde se mesclam influências étnicas e culturais de origens variadas, compõe um universo multifacetado, em que convive uma pluralidade de formas de expressão, padrões estéticos e necessidades muito diversos e próprios a cada segmento da população. Esse aspecto plural é, portanto, constitutivo daquilo que se pode denominar o “mundo da cultura”, o que nos conduz, numa análise da oferta de bens e equipamentos culturais, a falar não de um público único, abstrato, mas sim de “um conjunto de públicos diferentes, com respostas diferentes conforme localização espacial, faixa etária, condição de classe, história familiar, bagagem cultural”.¹ Por conseguinte, as ações de apoio e incentivo às atividades culturais que se incluem nas políticas públicas para o setor e que são desenvolvidas pelo Estado, por meio de suas várias instâncias, devem ter em pauta esta realidade diversificada, para que efetivamente ampliem as possibilidades de acesso à cultura em toda a sua riqueza de manifestações.

São Paulo dispõe hoje de uma ampla gama de equipamentos, tanto públicos quanto privados, voltados para produção, disseminação e preservação culturais. Sejam os grandes centros com instalações multiuso, como o Memorial da América Latina ou o Centro Cultural São Paulo, mantidos pelo setor público, sejam, por exemplo, as unidades da rede Sesc, de caráter privado, existem na cidade espaços variados em que se desenvolvem atividades de apoio e suporte à produção artístico-cultural e nos quais essa produção pode ser veiculada e usufruída pela população.

Esta riqueza que é hoje observada na oferta de bens e serviços culturais tem suas raízes plantadas na própria história da cidade, nas seis últimas décadas. Como aponta Rosa Artigas, no texto de abertura desta publicação, entre meados dos anos 30 – quando, no contexto das grandes mudanças políticas e econômicas que marcavam o cenário brasileiro, as elites paulistas lançaram-se à criação de diversas instituições voltadas para a educação e a

cultura – e o final da década de 50, que coincidiu com o período de desenvolvimento urbano e industrial acelerado de São Paulo, a cidade viu estruturar-se um verdadeiro “sistema de produção, distribuição, consumo e preservação culturais definitivamente consolidado, que contava com a participação da iniciativa privada, dos órgãos governamentais e da sociedade”. Data deste período, por exemplo, a instalação das primeiras bibliotecas municipais, que atualmente integram uma rede formada por 93 unidades (além de quatro espaços de leitura instalados em parques municipais). No último decênio, houve uma expansão significativa no número de teatros, cinemas, casas de shows e mesmo bibliotecas públicas e telecentros, para fazer referência a um leque diversificado de equipamentos culturais, públicos ou privados.

Nota-se, no entanto, que, com exceção das bibliotecas públicas e dos telecentros, ainda persiste um padrão de localização que privilegia as áreas mais centrais do município, não por acaso aquelas em geral habitadas por segmentos de renda mais elevada e mais bem servidas pelos sistemas de transportes. O conjunto de mapas a seguir mostra claramente a dominância deste modelo de distribuição no território.

Este capítulo enfoca a rede de equipamentos culturais em São Paulo, especialmente em seus aspectos de composição e de distribuição espacial. Esta rede desempenha o papel de infra-estrutura necessária, pois dá suporte e permite a veiculação das atividades próprias à cultura. A existência de um conjunto variado de equipamentos é um dado importante para o desenvolvimento cultural da cidade, mas é preciso matizar esta importância, em face das mudanças nos padrões de acesso e consumo de bens culturais que têm sido observadas nos últimos anos, notadamente aquelas advindas do alcance cada vez maior dos produtos da indústria cultural veiculados pela mídia eletrônica (em grande parte da população, a parcela de tempo livre dedicada à TV ou à Internet tem aumentado, diante